



DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins
e-mail: martins_32@terra.com.br

CONGRESSO AFIRMA QUE VAI RETOMAR JULGAMENTO DE CONTAS PRESIDENCIAIS – Antes foi o Tribunal de Contas da União, agora é o Legislativo que pretende julgar contas da presidente Dilma. Nosso comentário: estão pressionando em demasia a presidente, coisa que não acontecia há doze anos!

STF MANDA – BNDES mostrar ao Tribunal de Contas da União negócios feitos pelo Banco com o frigorífico JBS

PT RECORRE À JUSTIÇA – Para ter, de volta, mandato de Marta Suplicy.

BRASILEIRO PAGA DOBRO DE PAÍS RICO – Por Internet no celular. Nosso comentário: nada a estranhar! Os produtos, inovações e descobertas sempre são absurdamente mais caros no Brasil, por razões inexplicáveis...

FGTS VAI LIBERAR R\$ 10 BILHÕES PARA BNDES E PERMITIR APLICAÇÃO EM OUTRO FUNDO – Nosso comentário: volto a insistir, FGTS é dinheiro do trabalhador brasileiro. Não pode e nem deve ser usado sem um cuidado especial!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO PODE FICAR SEM AULA EM CONTÊINER – Razão: ameaça de despejo por falta de pagamento!

PARTIDOS POLÍTICOS

Tenham todos uma ótima semana!

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln


Lula e a grande companheira
são naus sem rumo e sem porto...
Ambos – como a Cantareira –
já estão no volume morto.

Nosso amor segue um atalho
que à eternidade conduz:
são flores do mesmo galho,
são raios da mesma luz!

A Grécia vai detonar ...
Até o Aquiles... (Jesus!),
pra tratar do calcanhar,
está recorrendo ao SUS!

CHARGE - Wendel de Oliveira Santos





integração

EXPEDIENTE
Integração - o Jomal do Povo Ltda. -
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP. - CNPJ: 45.941.838/0001-18
DIRETOR RESPONSÁVEL:
José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)
DIRETOR PROPRIETÁRIO
Renê José Rodrigues Fernandes
REDATORA:
Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)
ESPORTES:
Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:
José Reiner Fernandes, Francisco José Lang
Fernandes de Oliveira,
Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e
Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa
Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CEP: 18270-820
e-mail: integracao@asseta.com.br
Impresso: A Tribuna de Piracicaba -
Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

Opinião

DECISÃO DO STF IMPEDE DESCONTO EM SALÁRIOS DE PROFESSORES

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, concedeu liminar na Reclamação (RCL) 21040 para impedir desconto nos salários dos professores da rede pública do Estado de São Paulo, referente aos dias parados em função da greve realizada pela categoria. Para Lewandowski, não se pode deixar de tratar o salário dos servidores como verba de caráter alimentar, cujo pagamento é garantido pela Constituição Federal. A reclamação foi ajuizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp) contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que havia permitido o desconto dos dias não trabalhados.

O STJ acolheu suspensão de segurança ajuizada pelo Estado de São Paulo para afastar decisão do Tribunal de Justiça paulista (TJ-SP) que, em mandado de segurança, impediu o desconto nos salários e determinou a devolução dos valores já descontados. Para o sindicato, a decisão do STJ teve como fundamento matéria constitucional, o que configuraria usurpação da competência do STF para analisar o julgar o caso. Lembrou, ainda, que a matéria já se encontra em debate no Supremo, sob a sistemática da repercussão geral.

Fundamento constitucional

O presidente do STF explicou que o STJ não pode analisar pedidos de suspensão de segurança se a matéria em discussão tiver fundamento constitucional. E, segundo o ministro Lewandowski, o mandado de segurança proposto pela Apeoesp no TJ-SP visou assegurar o livre exercício do direito de greve, sem que houvesse descontos de vencimentos, anotações de faltas injustificadas ou qualquer providência administrativa ou disciplinar desabonadora aos servidores que aderiram ao movimento.

O presidente revelou que o STF já reconheceu a existência de repercussão geral dessa matéria na análise do Agravo de Instrumento (AI) 853275. “A similitude fática entre a hipótese sob exame e o precedente citado indica, ao menos nesse juízo preliminar, a ocorrência de usurpação da competência desta Corte, haja vista que o presidente do Superior Tribunal de Justiça apreciou pedido de suspensão que caberia à Presidência do Supremo Tribunal Federal apreciar”, salientou o ministro Lewandowski.

Caráter alimentar

Apesar das alegações do Estado de São Paulo apresentadas no STJ, o ministro Lewandowski ressaltou que “não é possível deixar de tratar os salários dos servidores como verba de caráter alimentar”. De acordo com ele, a garantia constitucional do salário, prevista nos artigos 7º (inciso VII) e 39 (parágrafo 3º), assegura o seu pagamento pela administração pública, principalmente nas situações em que o serviço poderá ser prestado futuramente, por meio de reposição das aulas, como costuma acontecer nas paralisações por greve de professores.

Outro argumento afastado pelo presidente do STF foi o de que o pagamento dos dias parados, a contratação de professores substitutos e a devolução dos valores descontados poderiam trazer prejuízo aos cofres públicos. Ao conceder a liminar, o ministro Lewandowski disse que a retenção dos salários devidos pode comprometer “a própria subsistência física dos professores e de seus familiares”.

DE NOVO O PIS/COFINS

** Marcos Cintra*

Cogita-se que o governo voltou a estudar a fusão do PIS e da Cofins, com um possível aumento de sua alíquota atual de 9,25%. Segundo membros do governo, a medida servirá para simplificar o sistema tributário brasileiro.

Cumpra dizer que a unificação do PIS e da Cofins deve elevar a carga tributária para os prestadores de serviços, o que acentua a iniquidade na economia brasileira. Hoje o setor adota o sistema cumulativo referente aos dois tributos, cujas alíquotas somadas são de 3,65% sobre a receita. Com a mudança, o segmento passaria a ser tributado pelo regime não cumulativo, cujas alíquotas somadas chegam a 9,25%, percentual que pode ser majorado se houver possibilidade de perda de receita para o governo.

Em relação à necessidade de simplificação, vale informar que o PIS/Cofins contempla mais de oitenta leis e centenas de decretos e portarias, dentre outras normas, que orientam sua cobrança e destinação de recursos. Seguramente, trata-se do tributo mais complexo no âmbito federal.

Evidentemente, transformar dois tributos em um tornaria a rotina das empresas mais simples. Apurar e pagar o PIS/Cofins único exigiria menor quantidade de guias, formulários e declarações por parte das firmas. A fiscalização também seria facilitada com a medida. Mas isso é pouco frente aos problemas que assolam o ineficiente sistema tributário brasileiro.

O ideal seria que o governo se empenhasse em levar adiante uma proposta de reforma tributária inovadora, ampla e profunda, ainda que fosse implementada de forma gradual, que atendesse demandas fundamentais como a simplificação do sistema de impostos como um todo; o combate à sonegação, cuja estimativa superou R\$ 430 bilhões ano passado; a redução da iniquidade, que prejudica setores da produção e a classe média; e a redução dos custos de gestão de tributos nas empresas, cujo montante anual alcança R\$ 55 bilhões.

A fusão do PIS e da Cofins é uma ação pontual, com algum alcance em termos de desburocratização, mas as empresas continuariam tendo custos elevados com escrituração contábil e continuarão sujeitas à alíquotas elevadas. A sonegação ainda continuaria a ser estimulada, justamente uma das anomalias que a reforma tributária deve atacar.

A alternativa para o PIS/Cofins único sobre o valor agregado, uma base restrita e declaratória, seria a movimentação financeira realizada nos bancos, uma base universal e automática, que permitiria criar uma contribuição com alíquota de apenas 0,9%. A parafernália de guias, declarações e formulários seria abolida e o custo administrativo desse imposto para as empresas seria zerado.

A medida poderia ser um embrião para uma reforma tributária ampla mais à frente. Outros tributos complexos e de alto custo poderiam ser substituídos de maneira gradual por esse tipo de tributo que se caracteriza por ser simples, de baixo custo, imune à evasão e que impõe menor ônus aos contribuintes.

* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

GESTÃO E CONGESTÃO

**GAUDENCIO TORQUATO*

O que os governos prometem é executado? Esta tem sido a maior crítica feita ao governo Dilma: o fato de que mentiu na campanha, usando, hoje, um programa que seria mais condizente com propostas dos tucanos. Tem sentido? Sim. Na verdade, o marketing de sua campanha eleitoral exibiu um país sem crises e com amplas possibilidades de crescimento. Mas o discurso de campanhas é um misto de simulação e dissimulação: promessas mirabolantes, abordagens simpáticas, cenários de progresso, vida feliz para todos. A política, como tenho destacado, é puxada pela locomotiva da economia. Dilma foi levada a crer que governaria um país sem crises, confiando nos bons rumos da economia. Depois de eleita, as coisas começaram a dar erradas. A marolinha prevista por Lula se transformou em tsunami. Com Lula, o naufrágio não ocorreu, mas ele também não cumpriu todas as promessas.

Vejam. Luiz Inácio foi eleito sob o signo da mudança, a palavra-chave que abriu seu discurso em 1º de janeiro de 2003. Dilma foi eleita sob a promessa de continuidade da era Lula, com ênfase nos programas de distribuição de renda. Lula pedia aos seus ministros mais ação e menos discurso, menos divergência, mais criatividade e menos queixa de falta de verba. Batia de frente no modelo de gestão capenga que domina a administração pública federal e que ele próprio ajudou a entortar com a ampliação exagerada de ministérios e secretarias. Dilma estendeu a rede.

O que se vê hoje? Um desequilíbrio entre a hiperatividade parlamentar (o Congresso está proativo) e a lerdeza da burocracia governamental. A economia, atravancada, paralisa os canais burocráticos. Obras paralisadas, repasses de recursos atravancados, atrasos no cumprimento de decisões, pouca motivação e disposição de burocratas, falta de sinergia, confusão de competências, receio de ministros de tomar decisões e ausência de controles convergem para estabelecer as bases do império da inércia – são alguns dos sinais expressos pela atual administração. Veja-se a questão de ocupação dos espaços a serem ocupados por perfis indicados por partidos da base aliada. Continuam na retranca, à espera de decisão. Sob a crescente insatisfação da base governista.

A reforma na administração, de caráter endógeno, seria a grande lição de casa a ser feita nesse momento em que o governo se esforça para aprovar seu pacote fiscal. Se a máquina fosse mais enxuta, lubrificada e ágil, o Governo ganharia aplausos e aumentaria sua credibilidade junto à sociedade, garantindo o impacto que reformas mais complexas, como as da previdência e tributária, só alcançarão no longo prazo. Esta decisão da Câmara de conceder correção para as aposentadorias, ao contrário da linha de austeridade, apenas acelera a corrida do país no caminho no despenhadeiro.

A crise de governabilidade, tão proclamada quando dela se faz uso para justificar a necessidade de se promover o ajuste fiscal e tributário, tem um forte componente na esfera da execução das políticas públicas, na incapacidade de fazer valer as leis e no descumprimento das decisões mais altas. A herança patrimonialista do Estado brasileiro e o sentido cartorial que ainda inspira padrões burocráticos encontram reforço nos quadros partidários, que confundem espaços públicos com territórios privados, loteados entre políticos.

Há mais de 20 mil cargos comissionados na administração federal, a maior parte ocupada por pessoas sem preparo e expressão. A maior parte delas integra as hostes petistas a que Lula se referiu quando diz que elas “só se interessam por cargos”. Ou seja, estamos perpetuando o conceito de capitanias hereditárias. Sob esse quadro desalentador, não há como estabelecer controles adequados para fiscalizar a aplicação de recursos e menos ainda garantir a continuidade de programas administrativos. E assim o país navega ao léu, somando os custos da descontinuidade, do desperdício, do tráfico de influência e da improbidade administrativa. Daí a importância do amplo processo de investigação a que é submetido na atual quadra.

A máquina governamental é um exemplo da distorção. Trata-se de uma cabeça agigantada com um corpo debilitado. Trata-se de um arremedo de Proteu, o deus marinho, que tinha forma extravagante, daí sendo associado ao homem-elefante, com sua cabeçorra. O modelo de gestão é inadequado a um ciclo que recomenda racionalização, enxugamento, síntese e convergência. Tempestividade, resultados, mérito são conceitos inexistentes no vocabulário da administração.

A avaliação de um governo é feita por meio de quatro campos de viabilidade: o político, o econômico, o social e o organizativo. O equilíbrio entre eles é responsável pela fortaleza ou fragilidade das ações programáticas. O governo Dilma acumulou, no primeiro momento, força descomunal, mas não soube transformá-la em ferramenta de eficácia da gestão. A administração deixa escapar a condição de usar o poder como “capacidade de fazer com que as coisas aconteçam”, como ensina Bertrand Russel. Os furos se expandem nos quatro cinturões do governo. A área política é um território semeado de tensões e pressões, que levam à instabilidade. A área econômica tenta, com a ajuda do coordenador político, Michel Temer, aprovar o pacote fiscal. O campo social sofre com o desemprego e a inflação crescente. A administração mais parece uma colcha de retalhos.

NOTAS

DESABAFODELULA

A frase surpreendeu: O PT está velho e petista só pensa em cargo; “o PT está no volume morto, o governo Dilma está no volume morto e eu mesmo estou no volume morto.” Significados para o desabafo de Lula: um recado à Dilma. Cuidado, estamos todos no mesmo barco; um recado à militância, algo como: vamos ter de refazer o partido. Temos de resgatar nossas bandeiras; o reconhecimento de que o partido errou muito e chegou a hora de reconstruir caminhos.

FUGA GERAL

O que poderá ocorrer com os partidos da base do governo nos próximos meses, a continuar o clima pesado de crise? Uma fuga geral. Parlamentares serão tentados a deixar a sigla pela janela aberta de 30 dias, aprovada no âmbito da reforma política. A resolução precisa ser votada em segundo turno pela Câmara. 30 dias depois de sancionada, abre-se uma janela para que deputados federais, deputados estaduais e vereadores possam trocar de partido. O texto exclui a possibilidade de que os deputados que mudarem de partido levem consigo proporcionalmente o tempo de TV e o fundo partidário.

Gaudêncio Torquato, jornalista, professor titular da USP é consultor político e de comunicação. Twitter: @gautortquato